



Jornalista conta em livro a história da presidente Dilma

Normal

0

21

false

false

false

PT-BR

X-NONE

X-NONE

MicrosoftInternetExplorer4

/* Style Definitions */

table.MsoNormalTable

{mso-style-name:"Tabela normal";

mso-tstyle-rowband-size:0;

mso-tstyle-colband-size:0;

mso-style-noshow:yes;

mso-style-priority:99;

mso-style-qformat:yes;

mso-style-parent:"";

mso-padding-alt:0cm 5.4pt 0cm 5.4pt;

mso-para-margin:0cm;

mso-para-margin-bottom:.0001pt;

mso-pagination:widow-orphan;

font-size:11.0pt;

font-family:"Calibri",sans-serif;

mso-ascii-font-family:Calibri;

mso-ascii-theme-font:minor-latin;

mso-fareast-font-family:"Times New Roman";

mso-fareast-theme-font:minor-fareast;

mso-hansi-font-family:Calibri;

mso-hansi-theme-font:minor-latin;

mso-bidi-font-family:"Times New Roman";

mso-bidi-theme-font:minor-bidi;}

Reprodução

Chega às livrarias de todo o país, na próxima semana, o livro *A vida quer é coragem* (Editora Primeira Pessoa), do jornalista Ricardo Batista Amaral. A obra conta a trajetória de Dilma Rousseff, desde sua militância na resistência contra a ditadura militar nos anos 1960, até sua chegada ao Planalto, em 2010. Jornalista experiente, com passagem pelos principais órgãos de imprensa do país, Amaral foi assessor da Casa Civil e participou da campanha que levou a ex-guerrilheira à presidência da República.

Entre os achados do jornalista em suas pesquisas está a foto histórica de Dilma Rousseff sendo interrogada pela Justiça Militar na época de sua militância contra a ditadura. A foto mostra Dilma em novembro de 1970, numa audiência da Primeira Auditoria Militar, no Rio. Ela foi levada à Auditoria, pela primeira vez naquela data, dez meses depois de ter sido presa (16 de janeiro) e submetida a 22 dias de tortura na Oban, o DOI-Codi de São Paulo.



Leia em seguida, trecho do livro, que trata da montagem da equipe de advogados para a campanha eleitoral da então candidata à presidência:

"Dilma pediu ao ex-ministro Márcio Thomaz Bastos para organizar a área jurídica da campanha, um pouco antes da chegada de José Eduardo Cardozo. Bastos indicou o escritório do advogado Márcio Silva, que trabalhou nas duas eleições de Lula. Na proposta de trabalho que preparou para o PT, Márcio Silva comparou os cenários de 2002 e 2010: no primeiro caso, a estratégia do candidato governista (Serra) era esconder o presidente (FHC), e agora ocorria o contrário, a associação entre o presidente Lula e Dilma Rousseff era benéfica para a candidatura.

"Podemos classificar como preocupante o papel que a judicialização do processo eleitoral terá no resultado do pleito", ele argumentou. Os advogados mais experientes previam uma enxurrada de ações judiciais por conta do apoio aberto de Lula à candidata. Desde que a emenda da reeleição foi introduzida, em 1995, o TSE vinha fazendo adaptações na minuciosa legislação brasileira. A composição do tribunal mudava a cada ano, e as interpretações do colegiado, também, muitas vezes ao sabor das pressões do momento.

A procuradora geral eleitoral naquele período, Sandra Cureau, chegou a dizer que uma representação contra Lula, por causa de um discurso no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, "poderia levar à cassação do registro da candidata do governo". Dilma nunca considerou essa hipótese a sério ("Não teriam coragem para tanto", disse uma vez), mas havia o risco de que Lula fosse proibido de participar dos programas de televisão – e isso preocupava o comando da campanha.

Além da equipe jurídica para cuidar dos assuntos habituais numa eleição (propaganda, doações, registro de candidatura, fã scalização, etc.), a campanha decidiu contratar um advogado exclusivamente para tratar das ações envolvendo o presidente Lula. Márcio Thomaz Bastos e José Eduardo Cardozo escolheram José Gerardo Grossi. Ex-ministro do



TSE, Grossi tinha firmado reputação nos tribunais superiores como um cavalheiro culto e amigo leal, advogado sagaz e criminalista competente. Entre seus antigos clientes estavam o próprio Eduardo Jorge e Francisco Lopes, ex-presidente do Banco Central no governo FHC.

Márcio Silva escalou três jovens advogados para se revezar com ele nas sessões de julgamento no TSE: Sidney Neves, que trabalhava para o PT na Bahia, Flávio Caetano, do escritório de Thomaz Bastos em São Paulo, e Luciana Lóssio, que começava a carreira em Brasília. Para completar a equipe, Silva buscou um especialista em Direito Eleitoral, Admar Gonzaga, que tinha trabalhado para o DEM em eleições anteriores.

Até o final da campanha, os advogados de Dilma iam mover ou responder a 356 ações na Justiça Eleitoral – mais de 50 por mês, mais de duas ações por dia útil, sem contar os casos na Justiça Comum e Criminal. A batalha estava apenas começando.

Autores: Redação ConJur